



A escrita epistolar como objeto de pesquisa: um estudo sobre as cartas das princesas brasileiras

The epistolary writing as an object of research: a study about the Brazilian princesses' letters

Jaqueline Vieira de Aguiar

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil
profajaqueaguiar@gmail.com

Maria Celi Chaves Vasconcelos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil
maria2.celi@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objeto a escrita epistolar, apresentando os procedimentos metodológicos relativos a essa abordagem da pesquisa qualitativa, com enfoque histórico-documental, na qual a investigação não se refere apenas ao conteúdo das missivas analisadas, mas também à materialidade evidenciada, examinando os papéis no que tange a itens como a escrita do texto, a tinta usada, as marcas encontradas, os símbolos, as margens, os desenhos, as cores, os espaços em branco, a datação, os tratamentos e fechamentos, a colocação das assinaturas e o pós-escrito. As principais fontes utilizadas são egodocumentos, como cartas e bilhetes, trocados entre a família imperial brasileira, durante o período de educação das princesas Isabel e Leopoldina, os anos de 1854 a 1864, pertencentes, hoje, a diferentes arquivos e acervos, localizados, especialmente, no Museu Imperial em Petrópolis/Brasil. O referencial bibliográfico utilizado dialoga com autores que fazem uso de métodos e técnicas aplicados à análise e interpretação de egodocumentos, bem como pesquisadores que estudam cartas em suas possibilidades autobiográficas, entre eles, Flexor; Bastos, Cunha e Mignot; Sierra Blas; Francès; e Gomes. Conclui-se que os egodocumentos são fundamentais para a recomposição histórica, possibilitando múltiplos olhares sobre um mesmo período e acontecimento, neste caso, o processo de formação e educação das futuras soberanas e herdeiras do trono do Brasil, as princesas Isabel e Leopoldina. Além disso, constata-se que a escrita epistolar permite ao historiador, ainda que não possa dominar totalmente seu objeto, uma visão mais intimista dos personagens que pretende retratar.

Palavras-chave: Escrita epistolar; Egodocumentos; Cartas oitocentistas; Princesas Isabel e Leopoldina; História da Educação no Brasil.

Abstract:

The present work has as its object the epistolary writing, showing the methodological procedures related to a qualitative research approach, with a historical-documentary focus, in which the research does not refer only to the content of the missives analyzed, but also to the evidenced materiality, examining the value of items such as a writing of the text, a used ink, trademarks found,



symbols such as margins, drawings, colors, whitespace, dating, treatments and closures, a sign-in and a post-writing. The main sources of the work are, such as documents, such as letters and tickets exchanged between the Brazilian imperial family, during the period of education of the Isabel and Leopoldina princesses, from 1854 to 1864, belonging today to different archives and collections, located at the Imperial Museum in Petrópolis / Brazil. The bibliographical reference used dialogues with authors who make use of methods and techniques applied to the analysis and interpretation of egodocuments, as well as researchers who study letters in their autobiographical possibilities, among them, Flexor; Bastos, Cunha and Mignot; Sierra Blas; French; and Gomes. It is concluded that the documents are fundamental for a historical reconstruction, allowing multiple glances about a same period and event, in this case, the process of formation and education of the future heirs of the Brazilian throne, as Isabel and Leopoldina princesses. In addition, it can be seen that epistolary writing allows the historian a better view of the characters he intends to portray, even though it is not possible to possess definitely his object.

Keywords: Epistolary writing; Egodocuments; Eighteenth-century letters; Princesses Isabel and Leopoldina; History of Education in Brazil.

Resumen

El presente trabajo tiene como objeto la escrita epistolar, presentando los procedimientos metodológicos relativos a ese abordaje de investigación cualitativa, con enfoque histórico-documental, cuya pesquisa no se refiere solamente al contenido de las misivas analizadas, sino a la materialidad evidenciada, examinando los papeles a los cuales abarcan los ítems como la escrita de un texto, el tinte usado, las huellas encontradas, los símbolos, los márgenes, los dibujos, los colores, los espacios en blanco, la datación, los tratamientos y cierres, la colocación de las firmas y el pos-escrito. Las principales fuentes utilizadas son egodocuments, como cartas y billetes, cambiados entre la familia imperial brasileña, durante el periodo de educación de las princesas Isabel y Leopoldina, los años de 1854 a 1864, pertenecientes, actualmente, a diferentes archivos y acervos, ubicados, especialmente, en el Museo Imperial en Petrópolis/Brasil. El referencial bibliográfico utilizado platica con autores que usan métodos y técnicas aplicados al análisis e interpretación de egodocuments, bien como investigadores que estudian cartas en sus posibilidades autobiográficas, entre ellos, Flexor; Bastos, Cunha y Mignot; Sierra Blas; Francès; y Gomes. Se concluye que los egodocuments son fundamentales para la recomposición histórica, posibilitando múltiples miradas sobre un mismo periodo y suceso, en este caso, el proceso de formación y educación de las futuras soberanas y herederas del trono de Brasil, las princesas Isabel y Leopoldina. Además, se constata que la escrita epistolar permite al historiador, aunque no pueda dominar totalmente su objeto, una visión más intimista de los personajes que pretende retratar.

Palabras clave: Escrita epistolar; Egodocuments, Cartas ochocentistas, Princesas Isabel y Leopoldina; Historia de la Educación en Brasil.



“Fazer falar papéis silenciados”: a pesquisa em escritas epistolares

O costume de escrever cartas remonta aos primórdios da civilização e da origem da escrita. Esta prática nasceu da necessidade de comunicação entre pessoas distantes. As correspondências atingiram “o auge na Europa Ocidental, como forma de escrita pessoal, durante os séculos XVIII e XIX, e como consequência do processo maciço de alfabetização” (Lyons apud Bastos, Cunha, Mignot, 2002, p. 5).

Meri Torras Francès localiza na França ilustrada a difusão da escrita epistolar como prática social relacionada às mulheres. Eram elas que nos salões produziam intensa correspondência para “transmitir notícias”, utilizando-se dessa “via rapidíssima de contato” e da rede de inter-relações, no âmbito “semiprivado”, para “sem censura” escrever suas cartas, nas quais podiam formular uma conversa íntima (2001, p. 62).

Tomando a França como modelo para as práticas sociais, muito embora as adaptando a um país patriarcal e escravista, no Brasil, a assimilação dos cânones epistolares franceses, particularmente voltados para a educação feminina, tem seu ápice no século XIX, sobretudo, nas camadas aristocráticas da população, com destaque para as famílias nobres, uma vez que a escrita epistolar era uma importante forma de comunicação, além de, por vezes, as cartas possuírem um verdadeiro caráter documental para legitimações, reconhecimentos, doações, entre tantas outras funções obtidas das escritas pessoais, consideradas como a chancela da vontade de seu autor ou autora.

Nesse universo há que se destacar o estímulo à escrita epistolar feminina, como um componente educativo, o qual era bastante restrito a uma classe, a nobreza, e com finalidades bem delimitadas que incluíam à comunicação entre a aristocracia, razões de estado e à informação de decisões tomadas por ocupantes de cargos monárquicos.

A escrita epistolar tomada como objeto deste estudo está incluída neste contexto, pois se trata da correspondência das princesas Isabel e Leopoldina, únicas filhas do Imperador do Brasil, D. Pedro II. Educadas sob a perspectiva do governo da nação brasileira, as duas meninas foram estimuladas, desde o princípio nos anos de 1854, a escrever cartas, tanto para treinar a caligrafia e a escrita, como para prestar informações de suas atividades, além de manter uma comunicação constante com seus pais, envoltos a diversos afazeres que suas posições cerimoniais exigiam.

Diante do vasto acervo de cartas atribuídas às duas princesas, tornou-se necessário fazer uma delimitação temporal para a análise epistolar, elegendo-se o período de 1854 a 1864, por se tratar do ano em que a primeira carta pesquisada é escrita, como parte do projeto educacional das meninas, visando à preparação como futuras soberanas, iniciado em 1850 com o reconhecimento de Isabel como princesa Imperial, até o casamento das duas, ocorrido no ano de 1864.

Nessa perspectiva, o presente trabalho trata de uma pesquisa qualitativa, cujo escopo é um recorte sobre a investigação de egodocumentos, particularmente cartas escritas pelas princesas Isabel

1 Título do trabalho apresentado no 6º Congresso Ibero-Americano em Investigación Cualitativa, que se realizou em Salamanca, Espanha, em julho de 2017.



e Leopoldina, com procedimentos metodológicos afeitos às práticas aplicadas na leitura e na interpretação das missivas selecionadas, com ênfase em sua materialidade e nas evidências que se depreendem desse exame. Para tanto, são apresentados os principais percursos da pesquisa qualitativa realizada, com destaque para a abordagem histórico-documental, que buscou como fontes conteúdos epistolares existentes nos arquivos e nos acervos das casas de guarda e patrimônio relacionadas ao assunto em pauta.

Na mesma linha, o objetivo do trabalho é demonstrar a utilização de egodocumentos, sobretudo as cartas, na pesquisa qualitativa de cunho histórico-documental, e suas múltiplas possibilidades para evidenciar o objeto de estudo.

O método empregado para leitura, análise e interpretação das fontes remete aos referenciais teórico-metodológicos de autores que trabalham com egodocumentos como tema de investigação, especialmente cartas de cunho pessoal, entre eles, Flexor (1990), Francès (2001), Bastos, Cunha e Mignot (2002), Sierra Blas (2003, 2004) e Gomes (2004). Assim, as cartas tomadas como fontes de pesquisa foram lidas e analisadas utilizando-se das referências, métodos e conceitos sugeridos nas obras que tratam da temática relativa à escrita de egodocumentos e/ou autobiográfica.

De acordo com Gomes a "escrita epistolar é uma das modalidades de escrita de si que mais tem sido utilizada pelos historiadores tanto como fonte, quanto como objeto de estudo" (Gomes, 2004, p. 19). As cartas apresentam várias peculiaridades e códigos a serem decifrados. Para Mignot, elas "constituem-se em documentos que permitem compreender itinerários pessoais e profissionais de formação, seguir a trama de afinidades eletivas e penetrar em intimidades alheias" (Bastos, Cunha, Mignot, 2002, p.115). Gomes (2004, p. 19), por sua vez, afirma que a correspondência "implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê — sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo".

A par do objeto do estudo, a escrita epistolar, cabe destacar que, ao longo da pesquisa, não foi considerado, prioritariamente, o conteúdo das cartas trocadas entre as princesas, seus pais, seus mestres e seus familiares mais próximos, mas se buscou analisar também a materialidade das missivas, no que se refere a itens como o papel e sua procedência, a escrita do texto, a tinta usada e sua composição, as marcas encontradas, os símbolos decifráveis, as margens decoradas, os desenhos ilustrativos, as cores predominantes, os espaços em branco, a datação e a evolução da escrita, os tratamentos de saudação e fechamento, a colocação das assinaturas e o pós-escrito.

Segundo Sierra Blas (2004, p.59), principiar a criança na arte epistolar como projeto educativo era uma forma de doutriná-la também para o uso da comunicação escrita na vida cotidiana. Para a autora, exercitar a redação com a escrita de epístolas servia para ampliar a "competência gráfica da criança", de forma que ela pudesse se desenvolver "com êxito no seio da sociedade, nas relações com os outros e [...] no conhecimento de si mesmo". Gomes (2004, p. 9), corrobora o pensamento de Sierra Blas (2004), ao afirmar que a técnica de escrita a partir de cartas remete a procedimentos apreendidos na escola, que evidenciam o contexto e a época de seus protagonistas. De acordo com a autora, há todo um protocolo a ser seguido pelo missivista, como a escolha do papel, a caligrafia, a datação, a localização de onde se escreve, o tratamento dado a determinado destinatário, as formas de despedida e a assinatura, que são objetos da cultura material capazes de dizer muito sobre a sua elaboração.



Outro importante código a ser decifrado no estudo de egodocumentos, como as cartas datadas do século XIX, refere-se à diversidade de caligrafias pertencentes aos diferentes sujeitos/remetentes das epístolas que, nesse período, eram manuscritas e faziam uso de muitas abreviaturas. Assim, para realizar a leitura dos manuscritos foram empregados os métodos e técnicas provenientes da obra de Flexor (1990), que pode ser considerada um manual sobre abreviaturas usadas no Brasil entre os séculos XVI e XIX, facilitando a compreensão das epístolas no contexto histórico, cultural e linguístico do período abordado.

Em todo o século XIX, a importância da comunicação escrita e propriamente das cartas como prática social recorrente se acentua, tanto pela solidez e a segurança que vão adquirindo as rotas e os entrepostos utilizados pelas companhias de correios, como pela publicação de muitos manuais sobre a escrita epistolar, cada um deles buscando abarcar mais completamente as informações necessárias ao missivista, havendo diferentes estilos de correspondência a serem empregados dependendo da finalidade a que se destinavam. Dessa forma, a exemplo do manual citado por Francês (2001), que aparece em Madrid em 1896, como uma antologia epistolar que pretendia demonstrar o estilo geral da escrita, desde cartas amorosas até recibos e documentos mercantis, no Brasil do oitocentos, já circulavam publicações estrangeiras com a mesma finalidade, funcionando como um mostruário de correspondências diversas, cujo objetivo era propagar um modelo universal com fórmulas a serem usadas em diferentes circunstâncias da vida “entre todas as classes sociais” (p. 214). Assim, por exemplo, algumas vezes, os motivos românticos ocultos em uma carta eram tão somente percebidos em meio a uma escrita formal, pela presença da ilustração de um cupido com uma rama de flores no alto ou no canto da página. Numa sociedade em que as mulheres estavam confinadas a casa e para qual a aprendizagem da leitura e da escrita tinha limitações, as cartas também evidenciavam essas censuras. Nesse contexto, compreende-se que a recomendação de apenas demonstrar o efeito romântico por um desenho fosse bastante pertinente e, ainda assim, ousado para a época. Receber a ilustração de um cupido num canto da página, para uma moça cujos pais não aprovassem o remetente, poderia significar medidas extremas em relação a ambos.

Com efeito, a escrita epistolar é capaz de revelar aspectos sutis de uma época e, particularmente, a escrita feminina epistolar permite evidenciar inúmeras circunstâncias as quais estavam submetidas às mulheres na sociedade oitocentista. Todavia, ao se tratar de duas princesas, cuja correspondência era rascunhada, lida, corrigida, passada a limpo, lida outra vez e só então, escrita definitivamente, há que se ter em conta um processo de supervisão bem mais complexo sobre a elaboração de missivas do que o de outras meninas e mulheres da mesma idade, pois não se tratava de uma correspondência qualquer, mas das epístolas que fariam parte do arquivo da Casa Imperial, onde se confundiam (como até os nossos dias) documentos públicos e privados.

Cabe descartar ainda que as cartas oitocentistas possuíam regras impostas por outro ritmo de tempo, no qual as distâncias eram maiores, fazendo com que as missivas custassem a chegar, e também demorassem a retornar, provocando, no seu destinatário, expectativas em relação às notícias, que não raro, encontravam a quem se destinavam muito tempo depois de terem ocorrido, ou, também, jamais chegavam ao seu destino. Mesmo a correspondência com o selo da Casa imperial corria o risco de ser extraviada, como demonstra a carta da viscondessa de Barral, quando convidada para ser preceptora das princesas Isabel e Leopoldina, datada de



1856, respondendo ao mordomo do Paço Imperial, Paulo Barbosa², encarregado pelo Imperador D. Pedro II de convencê-la a aceitar tal missão.

Exmo. Senor. – Estou no Engenho, longe da Bahia, e por aqui me veio ter uma enigmática cartinha de V. Excia. pedindo resposta de outra que me diz ter dirigido há mais tempo, e que até hoje não me veio à mão. Talvez o correio não a quisesse largar por vir Segura. Vou mandar remexer os escaninhos dessa detestável administração, para ver se descubro sua carta, e se satisfaço minha curiosidade vivamente despertada³.

Como se pode observar, toda a correspondência estava sujeita a desaparecer, mesmo aquela que, por seu teor, deveria ser considerada prioritária. Neste aspecto, vale notar que os serviços regulares de correio no Brasil já haviam melhorado bastante quando a viscondessa e o mordomo do Paço iniciam a sua correspondência, sendo possível localizar, neste caso específico, entre a Corte Imperial e o interior da Província da Bahia uma missiva e sua resposta com o intervalo de penas 15 dias⁴. Validamente, durante o período focado (meados do século XIX), já havia um sistema de correio bastante sistematizado, utilizado por boa parte da população letrada, incluindo-se a nobreza, embora os monarcas também contassem com mensageiros próprios, encarregados de fazer chegar a correspondência entre os soberanos. No caso dos escritos das princesas, normalmente, eram recebidos e remetidos por meio de “vapor, correio e/ou por um funcionário da Casa Imperial”.

A escrita epistolar era a forma utilizada para a comunicação com as mais distintas finalidades no Brasil oitocentista e da qual também faziam uso as mulheres, notadamente, aquelas que pertenciam às camadas mais abastadas da população e haviam recebido uma educação em que a elaboração de missivas e os códigos para a correspondência constituíam-se como conteúdos que faziam parte dos conhecimentos permitidos. Entre essas mulheres, cuja esmerada educação incluía códigos epistolares, estavam as princesas brasileiras.

A pesquisa nas cartas das princesas Isabel e Leopoldina buscou fazer “falar papéis silenciados”, esquecidos pelo tempo, indecifráveis naquilo que não mais pode ser entendido, mas reveladores, sobretudo, da materialidade de como escreviam mulheres nobres oitocentistas, especialmente,

2 Paulo Barbosa da Silva (1790-1868) foi militar, mordomo-mor, político e diplomata brasileiro. Ingressou na carreira militar aos 14 anos como cadete, chegando ao posto de brigadeiro. A partir de 1840 tornou-se mordomo-mor da Casa Imperial. É nessa época que assina com Júlio Frederico Koeler, um contrato para a realização da colonização germânica da Serra da Estrela. Nesse documento Paulo Barbosa da Silva aluga a fazenda que adquirira Dom Pedro I, chamada Córrego Seco, o que deu origem à cidade de Petrópolis, onde as princesas costumavam passar várias temporadas aproveitando o contato com a natureza e também estudando dia e noite. Em 1856 Paulo Barbosa recebe as ordens do Imperador para conduzir as negociações com a futura aia das princesas. Ao entregar esta importante missão ao Mordomo, D. Pedro II compartilha com alguém que possuía experiência no assunto, pois o mordomo havia participado da contratação do preceptor do próprio Imperador, quando menino.

3 Carta da viscondessa de Barral para Paulo Barbosa, em 26 de março de 1856. APB – Tomb.: 2861/97 (Aguiar, 2015, p. 88).

4 Sobre o assunto ver Aguiar (2015, p. 88-95).



aquelas que estavam sendo preparadas para a principal missão daquela contemporaneidade: governar a nação.

Educadas como princesas, escrevendo como meninas: abrindo as cartas

D. Pedro II, imperador do Brasil no período de 1840 a 1889, apesar de ter tido dois filhos varões, nenhum deles sobreviveu à infância, deixando a coroa brasileira sem herdeiro do sexo masculino. Como não havia, de acordo com a Constituição de 1824 (Brasil, 1824), nenhuma restrição à sucessão feminina ao trono, após a morte dos infantes, as duas princesas filhas do imperador, passaram, respectivamente, à linha de sucessão do trono, primeiro a mais velha Isabel, e na falta dessa, ou até que tivesse herdeiros aptos a governar, a caçula Leopoldina.

Segundo Aguiar (2015, p. 53), como não havia mais nenhum herdeiro varão e sendo Isabel a filha mais velha, ela se tornou a herdeira presuntiva da coroa e recebeu o título de “princesa imperial”, o que mudou radicalmente as expectativas sobre a sua educação e sua formação. Com apenas quatro anos de idade, foi reconhecida como “sucessora de D. Pedro II no Trono e na Coroa do Brasil”, para dar continuidade à dinastia fundada por seu avô, D. Pedro I.

A partir de sua definição como princesa herdeira do trono, D. Pedro II passa a se preocupar com a educação da filha que um dia iria se tornar a governante da nação. Nessa perspectiva, o imperador contratou os melhores professores disponíveis naquele tempo e contexto, a fim de ensinar diversas disciplinas às princesas, que iam do desenho à álgebra, da geografia à religião, mas, sobretudo, escolheu uma mulher reconhecidamente culta, inteligente e recomendada por sua irmã, a princesa Francisca, para ocupar o lugar de “governante” principal da educação das princesas.

A condessa de Barral, Luísa Margarida Portugal de Barros, nascida no Brasil, mas educada na Europa e casada com um nobre francês foi a escolhida para ser a encarregada da educação das duas princesas. Aguiar sinaliza que “o Imperador sabia da importância de ter uma preceptora para coordenar os estudos das filhas, pois ele mesmo havia passado por esta experiência com a Condessa de Belmonte” (Aguiar, 2012, p. 35).

Assim, as duas princesas foram, a partir dos dez e nove anos de idade, educadas sob a supervisão da condessa de Barral, que fez uso de uma vasta correspondência com os pais das meninas para dar notícias sobre o adiantamento e aproveitamento delas. Além disso, a própria condessa estimulava as princesas a manterem um diário para as anotações cotidianas, bem como a elaborarem missivas para a comunicação com os pais, tanto quando eles estavam viajando, como até quando a distância que os separava era apenas a das diferentes alas ocupadas nos Paços de São Cristóvão e de Petrópolis, palácios que serviam de residência para a família imperial, respectivamente, no inverno e no verão. No ano de 1859, quando ocorreu a viagem dos Imperadores às províncias do “Norte”, as meninas passaram a enviar não só a correspondência

5 Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho (1779-1855) foi aia e governanta de D. Pedro II, desde o seu nascimento até a sua coroação, em 1841. Com a morte da imperatriz Leopoldina, a aia assumiu, como uma mãe, a criação do príncipe herdeiro e suas irmãs (Lyra, 1977, p.176).



comum aos pais, mas também cartas diário, missivas que continham o registro de suas atividades cotidianas. Esse tipo de epístola, bastante comum no século XIX, possuía várias datas, sendo mais longa do que as cartas comuns, pois seu remetente esperava ter material suficiente para juntá-lo e enviá-lo ao destinatário, colocando-o a par de tudo o que ocorreu durante o período em que escreveu. A assinatura, por sua vez, costumava constar apenas na última página.

Além dos manuais para a escrita epistolar cujas convenções eram observadas, no século XIX, as missivas seguiam todo um protocolo a ser empreendido que facilitava o entendimento da mensagem, antes mesmo da leitura de seu conteúdo. Entre os símbolos encontrados, por exemplo, percebe-se que quando as cartas pretendiam informar o falecimento de alguém, o luto já era expresso no papel por meio de bordas pretas⁶ (Barral, 1856). Caso o objetivo fosse comunicar um episódio alegre, como cumprimentar pelo aniversário do destinatário, usava-se um papel de carta especial com flores ou bordado⁷ (Leopoldina, 1858). Mas, se a finalidade era homenagear alguém ou amenizar uma saudade sentida, colocava-se uma mecha de cabelo no conteúdo da missiva⁸ (Isabel, 1860).

Nas cartas das princesas Isabel e Leopoldina observa-se essa variedade de detalhes relacionados aos costumes da época e a utilização dos protocolos epistolares, aprendidos pelas meninas com seus mestres, no espaço doméstico da "casa" (Vasconcelos, 2005), nos Paços de São Cristóvão e de Petrópolis, locais onde estudavam sob a constante supervisão da preceptora, a condessa de Barral.

Segundo Sierra Blas (2003, p. 130), a forma como uma carta se apresenta pode revelar muito do seu autor, visto que por meio deste objeto da cultura escrita é possível perceber, em suas características explícitas e implícitas, a configuração da identidade e da transformação da personalidade do missivista. Nesta perspectiva, "o sujeito da escrita se constrói para o leitor de forma inconsciente" (Sierra Blas, 2003, p.27). Assim, ao analisar as características físicas e o conteúdo das cartas das princesas, foi possível conhecer não só a trajetória educacional das meninas, mas também a construção de suas identidades ao longo dos anos.

As cartas estudadas demonstram que suas autoras faziam uso de papéis delicados, decorados e ilustrados. Alguns papéis trazem o monograma com o símbolo da Coroa Imperial do Brasil e o nome da princesa em alto-relevo. Quanto às dimensões das cartas, não havia um padrão, pois escreviam em papéis de vários tamanhos: 18,2 x 11,4 cm, 20,8 x 13,5 cm, 20,6 x 13,3 cm, 17,2 x 11,3 cm, 18,8 x 12,4 cm, entre outros.

Os papéis não contêm pistas sobre seus fabricantes ou comerciantes, mas acredita-se que fossem comprados em uma loja na Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro. Esta rua concentrava casas comerciais especializadas em objetos importados e Isabel, em diversas missivas, solicita aos pais produtos das lojas ali localizadas. Alguns cadernos do mesmo período, também investigados, trazem, por exemplo, a etiqueta do comerciante: "Rua do Ouvidor nº 85 - Agra e Irmão - Mercadores

6 Na carta com tarja preta, a viscondessa de Barral fala da morte de seu pai.

7 Na carta, a princesa Leopoldina cumprimenta o pai pelo dia do seu aniversário.

8 No conteúdo da carta foi encontrada uma mecha de cabelo da princesa Isabel sendo oferecida a sua mãe em "lembrança".



de Papel, livros em branco e impressos, objetos d'escritório e de desenho – Rio de Janeiro”, podendo-se supor que os papéis de carta igualmente fossem comprados no mesmo endereço.

Entre as cartas das princesas selecionadas para a pesquisa, a maioria foi escrita com tinta preta em papel de cor branca e sem pauta. Algumas cartas foram escritas com tinta ferrogálica, “composta de sulfato de ferro, ácido galotânico e um aglutinante, em geral a goma-arábica dissolvida em água” (AGUIAR, 2015 p. 42). Por ser feita à base de ferro, este tipo de tinta costuma causar um processo de corrosão no papel, tornando-se uma ameaça aos documentos em arquivos e bibliotecas. Felizmente, poucas são as cartas consultadas que exibem a tinta ferrogálica na caligrafia. Do mesmo modo, grande parte das cartas é manuscrita e redigida em língua portuguesa. Todavia, há também algumas em francês.

Cabe destacar que, mesmo os documentos em português requisitaram técnicas de leitura e compreensão, visto que o vocabulário, a ortografia e a caligrafia referem-se à escrita do século XIX. Todas apresentam marcas de dobradura, provavelmente para acondicionamento em envelope, e exibem variações ao longo dos anos, em relação ao tratamento, fechamento, assinatura e pós-escrito.

No Quadro 1, a seguir, demonstram-se as formas em que esse ritual epistolástico mais se repete nas cartas das princesas:

Quadro 1 – Formas de tratamento, fechamento, assinatura e pós-escrito nas epístolas das Princesas Isabel e Leopoldina no período de 1854-1862.

PRINCESA ISABEL	TRATAMENTO	PRINCESA LEOPOLDINA	TRATAMENTO
Cartas da Princesa Isabel enviadas à mãe até o ano de 1855	“Minha Cara Maman”	Cartas da Princesa Leopoldina enviadas à mãe até o ano de 1855	Não foram encontradas cartas desse período
Cartas da Princesa Isabel enviadas à mãe após o ano de 1855	“Minha querida Mamãe”	Cartas da Princesa Leopoldina enviadas à mãe após o ano de 1855	“Minha querida Mamãe”
Cartas da Princesa Isabel enviadas ao pai até o ano de 1855	“Meu Caro Papá”	Cartas da Princesa Leopoldina enviadas ao pai até o ano de 1855	Não foram encontradas cartas desse período
Cartas da Princesa Isabel enviadas ao pai entre os anos 1856-1862	“Meu querido Papae”/ “Caro Papae”	Cartas da Princesa Leopoldina enviadas ao pai entre os anos 1856-1862	“Meu querido Papae”/ “Caro Papae”

9 Cf. Caderno da Princesa Isabel nº. 19. AGP.



Cartas da Princesa Isabel enviadas no período de 10/1859 a 01/1860 - Viagem dos Imperadores ao "Norte" do Brasil	"Meus Caros Paes"
FECHAMENTO DA PRINCESA ISABEL E DA PRINCESA LEOPOLDINA	
"Adeus Meu querido Papae/ Minha querida Mamãe/ Meus Caros Paes, deitem a sua benção e aceitem um abraço de sua filha do coração"	
PÓS-ESCRITO DA PRINCESA ISABEL	
"Mª Rosa, Domitilia, Condessa, Mlle Templier, Totonha, Chica, Francisca, Dominique, Bernarda, D. Anna, Almeida, Luiz Carlos, Madeira, Monsenhor, Valdetaro, Valadão e Borges lhe beijão a mão"	
PÓS-ESCRITO DA PRINCESA LEOPOLDINA	
"Mª Rita, Bebê, Chica, Totonha, Condessa Mlle, Dominique, Francisca e todos lhe beijão a mão. Saudades a Josefina Gegé e ao Visconde de Sapucahy"	
ASSINATURA DA PRINCESA ISABEL	
Até o ano de 1859 - "Isabel Christina"	Após o ano de 1859 - "I.C."
ASSINATURA DA PRINCESA LEOPOLDINA	
"Leopoldina Thereza".	

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras.

Por meio do Quadro 1 é possível compreender a forma como as princesas se dirigiam aos pais por meio das escritas epistolares que, certamente, eram orientadas e supervisionadas por seus mestres. Ainda, no Quadro 1, destacam-se as variações no tratamento conforme elas cresciam. Durante a viagem dos imperadores ao "Norte" do Brasil, realizada entre os meses de outubro de 1859 a janeiro de 1860, as cartas de Isabel estão catalogadas no arquivo de guarda como enviadas a D. Pedro II, mas são dirigidas tanto ao pai quanto a mãe, e o tratamento usado é: "Meus caros Paes". Tal fato tornou necessária uma maior atenção às cartas enviadas pelas princesas, no período informado, para separar e analisar, distintamente, os trechos em que elas se dirigem ao pai e à mãe, pois os assuntos tratados com ambos são marcados por especificidades.

Na correspondência, as princesas geralmente obedeciam à margem e também registram o local, a data e, às vezes, até a hora em que escreviam. A letra é sempre cursiva, havendo a presença de algumas abreviaturas, principalmente na datação, no fechamento e no pós-escrito. Quanto ao fechamento do texto das cartas, as princesas sempre pediam a benção aos seus pais, um costume muito usado naqueles anos no Brasil.

Havia ainda ao final da carta o pós-escrito, que se resumia a informar ao pai e/ou a mãe as pessoas que estavam em sua companhia durante a escrita, e as quais "beijavam-lhes a mão", como no exemplo exposto no Quadro 1. Entre as pessoas citadas pelas meninas estão, notadamente, a preceptora, os mestres, as damas e os médicos das princesas. Desta forma, os imperadores eram prestigiados e também tomavam conhecimento daqueles que estavam com suas filhas, "cuidando" ou "educando-as".

A assinatura de Isabel sofreu alterações com o tempo, pois até o ano de 1859 ela costumava assinar "Isabel Christina". A partir do ano seguinte, é possível encontrar também "I.C.", iniciais de



seu nome. De acordo com os estudos realizados, verifica-se que a intensidade das disciplinas estudadas pelas meninas foi aumentando com o passar dos anos e, talvez, por esse motivo Isabel tenha sentido necessidade de ganhar tempo, economizando com a assinatura. Ao contrário, a irmã, Leopoldina, não apresentou alterações em sua assinatura entre os anos de 1856 a 1861, possuindo o constante hábito de assinar “Leopoldina Thereza”.

Sierra Blas (2003, p. 129), chama a atenção também para a importância da caligrafia que define “a estética da carta e causa a primeira impressão ao destinatário”. Ela argumenta que uma das primeiras características que uma carta deve ter é a de facilitar a leitura – afinal, só pode ser lida e entendida adequadamente se for bem escrita. Em relação às cartas escritas pelas princesas, estas eram rascunhadas, corrigidas pelos mestres e depois copiadas em papéis geralmente ornamentados. Este procedimento era adotado porque as cartas não só informavam ao pai o andamento do aprendizado das meninas, mas também o expressavam concretamente. Quando o imperador recebia as cartas, analisava desde a caligrafia até o seu estilo e o teor e, para passar por este escrutínio, as missivas precisavam estar perfeitas.

Em relação ao número de linhas escritas pelas princesas, há uma diferença significativa durante os anos de 1854 a 1862. As cartas escritas por Isabel referente aos anos de 1854 a 1855 apresentam de 6 a 8 linhas. As escritas pelas duas princesas no período de 1856 a 1862 contêm em média de 16 a 30 linhas, mas as cartas de Leopoldina se apresentam sempre mais curtas do que as da irmã. Pode-se supor que Isabel era mais disposta para escrever do que a caçula, como a própria Leopoldina confidencia, anos mais tarde, em uma missiva enviada à Isabel: “Minha querida Isabel (...) Eu tenho preguiça de escrever muito e ao mesmo tempo vontade de escrever-lhe”¹⁰.

Ao abrir a correspondência das duas princesas depara-se com um universo que poderia ser como o de tantas outras crianças nobres estimuladas por suas preceptoras a enviar notícias a seus pais, falar de seu cotidiano, registrar suas alegrias. Contudo, não eram apenas duas meninas, mas sim as herdeiras do trono do Brasil, e suas cartas, embora pueris, fazem parte de um acervo que conta, de forma singular, parte da história do país.

Cartas que viajam: o longo caminho entre o Brasil e a Europa

Diante do vasto acervo de cartas das princesas que se conservam adormecidas nos arquivos de casas de guarda e patrimônio, fez-se necessário delimitar temporalmente a utilização das fontes, para, posteriormente, selecionar e analisar os documentos. O período escolhido para a seleção e análise, como justificado anteriormente, foi de 1854 a 1864. Em um universo de mais de cinco mil cartas, foram selecionadas 339, que forneciam dados significativos à recomposição da formação educacional daquelas que foram preparadas para, um dia, governar o país”. As fontes principais contemplam, particularmente, as cartas das princesas sobre sua formação educativa, trocadas entre elas e seus pais, selecionadas e catalogadas de acordo com a autoria, o período e o assunto.

10 Carta da Princesa Leopoldina à Princesa Isabel . AGP - XLVIII – 2. Casa Avelar, 19 de fevereiro de 1865.

11 Sobre o assunto ver Aguiar (2015).



A maioria das cartas estudadas faz parte do acervo do Arquivo Grão Pará (AGP). Esse arquivo pertence aos descendentes da Família Real e Imperial do Brasil, o qual foi depositado no Arquivo Histórico do Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, onde se encontra desde 1999, em regime de comodato. O AGP é responsável pela guarda, conservação e disponibilização dos documentos aos pesquisadores. A solicitação de autorização por escrito se faz necessária para reprodução integral de textos e imagens de documentos em quaisquer publicações que os cite. O diretor do arquivo para o qual devem ser encaminhadas as solicitações é o próprio príncipe D. Pedro Carlos de Orleans e Bragança.

Mas como esses documentos chegaram ao Museu Imperial onde hoje se encontram disponíveis para a pesquisa? De acordo com Fráguas (2016), após o banimento da Família Imperial do Brasil e já no regime republicano, os documentos ficaram nos "palácios da família, sobretudo em Petrópolis". Algum tempo depois, o conde D'Eu, marido da princesa Isabel, enviou do exílio ao Brasil uma carta solicitando a devolução dos documentos à família que se encontrava na França, mais precisamente no Castelo D'Eu. Na época, o governo provisório compôs uma comissão para separar os documentos oficiais dos de caráter privado. Os enviados ao Castelo D'Eu na Europa foram àqueles considerados de caráter privado e que hoje, após terem retornado, formam o Arquivo Grão Pará e o Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB). Os identificados como oficiais foram depositados em outras casas de guarda como o Arquivo Nacional e o Itamaraty, localizados na cidade do Rio de Janeiro. Fráguas (2016) lembra ainda que no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a documentação esteve em risco de extermínio, devido a ameaça de que o Castelo D'Eu fosse bombardeado. Após o fim da guerra e com a revogação da Lei do Banimento no Brasil, teve início um movimento para que esta documentação "retornasse" ao país.

Em 1930, o historiador Alberto Rangel foi contratado por Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, príncipe do Grão Pará, filho primogênito da princesa Isabel e neto de D. Pedro II, para inventariar os documentos. Dez anos depois, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), aprovou uma moção apelando para que estes documentos fossem trazidos para o Brasil. Finalmente, após a criação do Museu Imperial, em 1940, com sua inauguração e abertura ao público em 1943, o Arquivo da Casa Imperial do Brasil (POB) foi doado ao recém-criado Museu, em 1948, por Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto de D. Pedro II¹².

O Arquivo Grão Pará, por sua vez, foi depositado sob a custódia do Arquivo Histórico do Museu Imperial, em regime de comodato, apenas no ano de 1999. O AGP é formado basicamente pela correspondência íntima dos membros da Família Imperial, além de fotografias e outros documentos bastante significativos do período monárquico. Já o POB compõe-se pelos demais documentos, entre eles a correspondência do Imperador com cientistas e intelectuais, como políticos, militares e diplomatas, minutas de documentos oficiais, resumos das reuniões do Conselho de Estado, além dos diários da Imperatriz Teresa Cristina e os de D. Pedro II (Fráguas, 2016).

12 As negociações para a doação tiveram início em 1947 e foram concluídas em 1949, conforme processos 675/1947 e anexos 123/1949 (Fráguas, 2016). Alessandra Bettencourt Figueiredo Fráguas é pesquisadora, historiadora, socióloga e trabalhou no Museu Imperial em Petrópolis no período de 2008 a 2015.



No AGP estão catalogadas também 1487 cartas da princesa Isabel enviadas aos pais e referentes ao período de 1854 a 1891. Das 339 cartas selecionadas, 225 são das princesas e abrangem um período que vai de 1855 a 1862. Também neste arquivo encontram-se 14 cartas da princesa Leopoldina escritas aos pais entre os anos de 1856 a 1867. Dessas últimas, foram selecionadas 8 cartas, relativas ao período de 1856 a 1862.

No contato com o acervo do Arquivo Grão Pará, foi constatado que as cartas da princesa Leopoldina estão em menor número em relação as da princesa Isabel, o que não comprometeu a pesquisa, pois Isabel possuía o hábito de mencionar as atividades educacionais realizadas também pela irmã, o que muito auxiliou a análise do processo de formação das duas herdeiras do Trono.

As epístolas das princesas selecionadas para o estudo apresentado pertencem ao Arquivo Grão Pará, porém, os demais documentos pertencem ao Arquivo da Casa Imperial do Brasil, ao Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, todas instituições localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Finalizando...

Segundo Blas (2003, p. 28-29) para se entender a história da cultura escrita, é preciso avançar ao mesmo tempo, em três histórias diferentes e complementares: "A história da obra, como manuscritos e objetos impressos, a história de normas, recursos e usos da escrita e a história da maneira como lemos". Para a autora, a história da cultura escrita também abrange o campo da história social, visto ser objeto de estudo das relações que se estabelecem em diversas situações históricas, englobando "sistemas de escrita, formas gráficas e processos de produção de testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que por outro lado, elaboram, utilizam e manipulam estes produtos culturais" (BLAS, 2003, p. 29).

Em perspectiva semelhante, Vasconcelos (2010) sinaliza que empreender investigações que têm como ênfase circunstâncias e processos educativos ocorridos em determinado tempo e lugar, posicionar-se sobre eles e arriscar prognósticos, requer entender o papel do pesquisador diante da história, como alerta Raoul Girardet (1987, p.139), é preciso ter presente "a precariedade da recordação, a fragilidade do testemunho". Assim, mesmo cartas que registram experiências tomadas como vividas podem conter apenas uma descrição daquilo que se pretendia informar, ou aquilo que o destinatário gostaria de ler. Nenhum testemunho documental, entre eles os egodocumentos, está isento de uma memória forjada, de uma situação criada, de uma vida inventada.

O costume das princesas Isabel e Leopoldina de escreverem cartas, resguardadas em seus quartos para elaborar as missivas, está dentro do contexto histórico e social do século XIX, uma vez que a escrita de cartas era uma atividade muito desempenhada pelas mulheres letradas (Gomes, 2004). Elas que, por diversos motivos, possuíam restrições para frequentar os espaços públicos oitocentistas, recolhiam-se ao local que lhe era designado: o espaço privado de seu lar, no qual, com papel, pena e tinta, podiam registrar o cotidiano. Era neste lugar que sua mente viajava para além dos espaços permitidos, por meio da escrita de cartas, cujo ato aproximava-as de



tantas outras meninas e mulheres oitocentistas, que tinham nos seus escritos, embora censurados, os únicos momentos de relativa privacidade.

Os egodocumentos escritos no espaço privado e adormecidos por tanto tempo nos arquivos possuem muitas histórias silenciadas que esperam o olhar atento de um pesquisador para decifrá-los, interrogá-los, torná-los fontes capazes de preencher as lacunas deixadas pela historiografia tradicional.

Nossa pesquisa buscou enfrentar alguns dos desafios de trabalhar com egodocumentos, particularmente com cartas esquecidas há quase dois séculos, em papéis manuscritos por mulheres que, embora fossem diferentes pela sua condição social, igualavam-se em sua meninice, sonhos e brincadeiras, como qualquer outra criança de seu tempo.

As conclusões a que chegamos remetem, a priori, as múltiplas possibilidades da investigação qualitativa em documentos pessoais, que se revelam fundamentais para a recomposição histórica, permitindo que o historiador, ainda que não possa dominar totalmente seu objeto, tenha uma visão mais intimista dos personagens que pretende retratar.

Referências

- Aguiar, J., & Vasconcelos, M. (2017). Fazer falar papéis silenciados: a pesquisa com cartas das princesas Isabel e Leopoldina. In *Atas Investigação Qualitativa em Educação do 6.º Congresso Ibero-Americano em Investigación Cualitativa. 2nd International Symposium on Qualitative Research* (pp. 754-762). Salamanca, Espanha. (disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1395/1352>)
- Aguiar, J. V. (2012). *Mulheres educadas para governar: o cotidiano das "lições" nas cartas das Princesas Isabel e Leopoldina*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil.
- Aguiar, J. V. (2015). *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, Brasil.
- Barral, C. (1856). *Carta da Viscondessa de Barral a Paulo Barbosa - Mordomo da Casa Imperial do Brasil*. Arquivo Paulo Barbosa. São João (Bahia), 26 de março de 1856, Arquivo Paulo Barbosa - Tombo 2861/97.
- Bastos, M. H. C., Cunha, M. T. S., Mignot, A. C. V. (2002). (Orgs.). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, Brasil.
- Brasil. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824*. Recuperado em 10, janeiro, 2017, do http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm
- Flexor, M. H. O. (1990). *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 2ª ed. aum. São Paulo: Arquivo do Estado, Brasil.
- Fráguas, A. B. F. (2016). *Entrevista*. Entrevistadora: Jaqueline Vieira de Aguiar. Arquivo enviado por e-mail, datado de 30 de setembro de 2016.
- Francès, M. T. (2001). Tomando cartas en el asunto: las amistades peligrosas de las mujeres con el



género epistolar. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.

Girardet, R. (1989). A sombra da guerra. In: Nora, P. et al. *Ensaios de ego-história*. Lisboa: Edições 70, Brasil.

Gomes, A. de C. (2004). (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Brasil.

Isabel, P. (1860). *Caderno da Princesa Isabel nº 19 - AGP*.

Isabel, P. (1860). *Carta da Princesa Isabel a Imperatriz Teresa Cristina*. Sem Local, 03 de abril de 1860, AGP-XLI-4.

Leopoldina, P. (1858). *Carta da Princesa Leopoldina a D. Pedro II*. São Cristóvão, 02 de dezembro de 1858, AGP-XLVIII-1.

Lyra, H. (1977). *História de D. Pedro II*, Itatiaia/Edusp: Belo Horizonte, Brasil.

Sierra Blas, V. (2003). *Aprender a escribir cartas: Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Gijón: Ediciones Treal, S. L., España.

Sierra Blas, V. (2004). "As cartas e a escola": *los manuales epistolares para niños en la España del siglo XX*. História da Educação. ASPHE/PAE/UFPel. Pelotas, n.16, p.59-77. Recuperado em 26 fevereiro, 2017, de [AsCartasEAEscolaLosManualesEpistolaresParaNinosEnI-4061733%20\(1\).pdf](#).

Vasconcelos, M. C. C. (2005). *A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, Brasil.

Vasconcelos, M. C. C. (2010). Pesquisas na história da educação: sujeitos, fontes e instituições. In: Vasconcelos, M. C. C. & Faria, L. C. M. *Histórias de pesquisa na educação / Pesquisas na história da educação*. Rio de Janeiro: Quartet, Brasil.

Vieira, H. (1989). *A Princesa Isabel, uma vida de luzes e sombras*. São Paulo: GRD, Brasil.